

## DESCOLONIZAR O SABER E O GÊNERO, EMERGIR AS DIFERENÇAS: UMA INVESTIGAÇÃO DESCOLONIAL DO PROJETO LEIA MULHERES

Jeniffer Geraldine Pinho Santos (Pós-Crítica/UNEB)<sup>1</sup>

*Resumo:* Trata-se de um investigação sobre o “Leia Mulheres”, projeto de incentivo à leitura de obras literárias de autoria feminina, na cidade de Salvador (BA), a partir da inquietação em torno da sua atuação no enfrentamento do discurso feminista ocidental, construído com base na perspectiva de mulheres brancas, burguesas e eurocentradas, e para desconstrução da “mulher” fixada por esse feminismo como uma categoria universal. Espera-se assim analisar se o plural “mulheres” existe a partir do reconhecimento das diferenças e se faz emergir outros saberes para além do contexto europeu e norte-americano. A partir dessa primeira análise, buscarei verificar a recepção desses possíveis outros saberes pelas leitoras participantes. E considerando que a dinâmica de um clube de leitura está de alguma maneira atrelada ao mercado editorial, pretendo averiguar de que maneira o “Leia Mulheres” dialoga com o mercado editorial brasileiro. Para tanto, basearei a pesquisa na análise dos livros selecionadas para o projeto entre 2016 - 2019, além de abordagens teóricas sobre crítica feminista decolonial e estudos de gênero, autores da crítica cultural, e também entrevistas com as leitoras mediadoras do projeto e as leitoras participantes. Dessa forma, espera-se que essa investigação contribua com os debates sobre a decolonização/desterritorialização do saber e decolonização do gênero no Brasil.

*Palavras-chave:* Leia Mulheres. Decolonização do saber. Decolonização do gênero.

### INTRODUÇÃO

Em 2014, a escritora britânica Joanna Walsh criou a campanha #readwoman2014 ao promover a *hashtag* no Twitter. A proposta era ler durante o ano de 2014 livros de autoria feminina e assim colocar em discussão essas produções e valorizar a literatura feita por mulheres. O movimento começou de modo pessoal mas rapidamente ganhou vários adeptos ao redor do mundo.

Três mulheres brasileiras, Juliana Gomes, Juliana Leuenroth e Michelle Henriques, se juntaram e organizaram o projeto Leia Mulheres no Brasil, em 2015, com a ideia de ter encontros presenciais em livrarias e espaços culturais ao redor do país. Atualmente o Leia Mulheres está presente em mais de 100 cidades brasileiras e conta com a colaboração de mediadoras em cada local.

O *Leia Mulheres* na Bahia está presente em seis cidades: Feira de Santana, Ilhéus, Juazeiro, Salvador, Valença e Vitória da Conquista. O clube de leitura em Salvador começou em janeiro de 2016 e já discutiu livros como: “Como conversar com um fascista”, da filósofa brasileira Marcia Tiburi; “Americanah”, da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie; “Olhos D’Água”, da escritora brasileira Conceição Evaristo; e “Outros jeitos de usar a boca”, da escritora indiana Rupi Kaur.

Ao observarmos quem está nas prateleiras das livrarias, nos grandes veículos de comunicação, nas bibliotecas, quem é discutido nas escolas e faculdades, vamos encontrar um

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB). Linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientadora: Profa. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB. Endereço eletrônico: jeniffer@gmail.com.

padrão. Regina Dalcastagnè (2012) realizou uma pesquisa de mapeamento do romance brasileiro contemporâneo, na Universidade de Brasília, em um período de 15 anos (de 1990 a 2004) e constatou que "120 em 165 autores eram homens, ou seja, 72,7%. Mais gritante ainda é a homogeneidade racial: 93,9% dos autores são brancos. Mais de 60% deles vivem no Rio de Janeiro e em São Paulo".

O campo literário no Brasil é masculino e branco. A literatura segue o padrão masculinista, patriarcal, branco, classicista, heterossexual da sociedade brasileira. As grandes máquinas produtivas e as máquinas de controle social são governadas por homens porque a mulher sempre foi deixada à margem das decisões político-econômicas. Ela não tinha nenhum valor social, nem direito à educação, e conseqüentemente uma forma financeira de viver sem depender de um ser masculino.

O sistema capitalista reforçou a ideia que a cultura machista tem das mulheres. Um desafio dos movimentos feministas é lutar para que mais mulheres tenham espaço dentro dessas máquinas produtivas que, como disse Guattari (1986), definem a maneira de perceber o mundo.

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística - tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam - não é apenas uma questão de ideia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificações com pólos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo (GUATTARI e ROLNIK, 1986).

A professora doutora Jailma dos Santos Pedreira Moreira (2015) nos faz um convite para ressignificar o ser mulher e desconfiar das ausências, do naturalizado. Isso quer dizer questionar tudo o que nos é apresentado como único. Afinal onde estão as mulheres na literatura? Onde estão os livros de autoria feminina que não são publicados pelas maiores editoras e não estão visíveis nas prateleiras das grandes livrarias do país? O *Leia Mulheres* nos faz desconfiar dessas ausências, é uma crítica ao campo literário brasileiro homogêneo.

Nos encontros do *Leia Mulheres* a presença é majoritariamente feminina. Em uma das reuniões, em Salvador, uma participante comentou que a grande contribuição do projeto para a vida dela é a de ter contato com as várias possibilidades de ser mulher, através da leitura das obras escolhidas.

A filósofa Simone de Beauvoir disse que não se nasce mulher, torna-se mulher. A universalização do ser mulher enquadró a mulher branca como dona do lar, reprodutoras do padrão branco europeu, e, à mulher não-branca negou a humanidade. O ser humano que fosse identificado como do sexo feminino já tinha o seu destino traçado na sociedade capitalista e patriarcal. Beauvoir também cunhou a categoria *Outro*, na sua obra "O segundo Sexo", em 1949:

A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. (...) A mulher

determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (BEAUVOIR, 2016, p. 12).

O *Outro*, do Segundo Sexo, é a mulher branca. Essa dicotomia foi feita a partir da realidade dos homens e mulheres brancos. O movimento feminista negro faz uma crítica a essa categoria criada por Beauvoir por reforçar a universalização do ser mulher. A filósofa brasileira Djamila Ribeiro, em seu livro "O que é lugar de fala?", apresenta a crítica da escritora e artista portuguesa Grada Kilomba sobre o *Outro*, ao pensar o lugar da mulher negra:

Kilomba sofisticava a análise sobre a categoria do *Outro*, quando afirma que mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supracista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese da branquitude e masculinidade. Nessa análise, percebe o *status* das mulheres brancas como oscilantes, pois são mulheres, mas são brancas, do mesmo modo, faz a mesma análise em relação aos homens negros, pois esses são negros, mas homens. Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem brancas e nem homens, e exerceriam a função de *Outro do Outro* (RIBEIRO, 2017, p. 38 e 39).

Essas divisões entre homem e mulher, inessencial e essencial, absoluto e outro, branco e negro, teve início com a constituição da América e a ascensão do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. A Europa era considerada, durante o século XVIII, como modelo de modernidade e com isso criou-se uma nova concepção de humanidade a partir do eurocentrismo, "a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos." (QUIJANO, 2009).

Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano, o novo padrão mundial de poder, o capitalismo colonial/moderno eurocentrado, teve como um dos eixos centrais a classificação social da população a partir da ideia de raça.

Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade (QUIJANO, 2005).

O poder eurocêntrico disputa o controle da existência social humana através do trabalho e seus produtos; da natureza e seus recursos e produtos; do sexo, seus produtos e reprodução; da subjetividade e seus produtos materiais e intersubjetivos, como o conhecimento; e autoridade e os seus instrumentos de coerção. (QUIJANO, 2009).

A colonialidade do poder, conceito desenvolvido por Quijano, denuncia a continuidade das formas coloniais de dominação até os dias de hoje. A sociedade permanece dividida/ classificada com base em raça, gênero e classe.

A filósofa argentina María Lugones (2008) diz que raça e gênero são duas ficções poderosas. Esses dois modelos de classificação ajudam a manter o poder do colonizador, o homem/branco/cristão/heterossexual/europeu. Quando a sociedade foi dividida entre os humanos e não-humanos, os povos indígenas e os africanos escravizados eram considerados animais sexuais e selvagens. Eram chamados de machos e fêmeas. O macho colonizado não humano era julgado a partir do homem branco, o ser considerado humano por excelência. E a fêmea era julgada a partir da mulher branca, o *Outro* do homem.

Para Lugones, mulher colonizada é uma categoria vazia, nenhuma mulher é colonizada, nenhuma fêmea colonizada é mulher. Dentro desse sistema de colonialidade de gênero está a mulher não-branca, a mulher de cor, indígena, mestiça, negra, chicana, mexicana. A filósofa argentina pensa a mulher a partir de uma perspectiva interseccional de gênero, raça e classe. Além de fazer uma crítica contemporânea ao universalismo feminista e questionar os padrões eurocêntricos.

A colonialidade do poder e do gênero continuam presentes nas relações sociais. A proposta de pesquisadores como Quijano e Lugones é de um movimento de descolonização, que implica principalmente um movimento não-racista e não-heterossexualmente patriarcal, um movimento de desobediência epistêmica.

Desobediência epistêmica é um conceito trabalhado pelo professor argentino Walter Dignolo para propor o desligamento epistêmico do domínio dos conceitos modernos, ocidentais, e eurocentrados.

Pretendo substituir a geo- e a política de Estado de conhecimento de seu fundamento na história imperial do Ocidente dos últimos cinco séculos, pela geopolítica e a política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades, etc., que foram racializadas (ou seja, sua óbvia humanidade foi negada). Dessa maneira, por "Ocidente" eu não quero me referir à geografia por si só, mas à geopolítica do conhecimento. Conseqüentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, *aprender a desaprender (...)*, já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/ colonial. Assim, por conhecimento ocidental e razão imperial/ colonial compreendo o conhecimento que foi construído nos fundamentos das línguas grega e latina e das seis línguas imperiais européias (também chamadas de vernáculos) e não o árabe, o mandarim, o aymara ou bengali, por exemplo. (MIGNOLO, 2008)

Segundo Lugones (2012, p. 1, apud DIAS, 2014, p. 12), "a despatriarcalização só é possível se houver a descolonização do saber e do ser, a partir de um feminismo descolonial". O feminismo descolonial é um movimento de resistência realizado por mulheres que sofrem diversas opressões

(raça, classe, gênero). É uma teoria feminista não-eurocentrada e não-dominante que tem como um dos principais objetivos o rompimento com a universalidade do ser feminino.

A colonialidade do poder controla/domina o gênero e a subjetividade. Quando os colonizadores chegaram, eles bloquearam o que Guattari chama de processos de singularização dos sujeitos (nativos e escravizados) e iniciaram processos de individualização, através de um sistema de identificação, a raça. Esse bloqueio é a principal característica da produção de subjetividade nas sociedades capitalísticas. O objetivo sempre foi o controle do corpo, do conhecimento, da cultura, da subjetividade, da existência humana. Os sujeitos foram organizados segundo padrões universais, eles foram serializados, individualizados.

Movimentos descoloniais, como o feminismo descolonial, buscam ser um processo de reapropriação, ressignificação, da subjetividade dos sujeitos que foram colonizados. Como propôs Quijano (2005, p. 139), "é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos".

Diante das teorias expostas acima, das reflexões sobre a permanência da colonialidade do poder e do gênero, proponho uma investigação sobre o *Leia Mulheres*, na cidade de Salvador (BA), a partir da inquietação em torno da sua atuação no enfrentamento do discurso feminista ocidental, construído com base na perspectiva de mulheres brancas, burguesas e eurocentradas, e para desconstrução da mulher fixada por esse feminismo como uma categoria universal.

Assim como há o questionamento da ausência de mulheres na literatura, busco questionar se o plural do mulheres, no projeto *Leia Mulheres*, existe a partir do reconhecimento das diferenças e faz emergir outros saberes para além do contexto europeu e norte-americano. Em seguida, buscarei verificar a recepção desses possíveis outros saberes pelas leitoras participantes. E considerando que a dinâmica de um clube de leitura está de alguma maneira atrelada ao mercado editorial, pretendo averiguar de que maneira o *Leia Mulheres* dialoga com o mercado editorial brasileiro.

Para o desenvolvimento da pesquisa, será feita uma análise dos livros selecionadas para o projeto *Leia Mulheres* entre 2016 - 2019, além de abordagens teóricas sobre: crítica feminista e estudos de gênero através de teóricas como Simone de Beauvoir, bell hooks, Sueli Carneiro, Angela Davis, Grada Kilomba, Judith Butler, Audre Lorde; crítica cultural - Gilles Deleuze, Félix Guattari, Jacques Derrida, Jailma Pedreira Moreira; epistemologias e teorias do Sul - Aníbal Quijano, María Lugones, Catherine Walsh, Walter Mignolo.

Com o objetivo de observar as discussões sobre as obras escolhidas, ouvir e colher os testemunhos das mulheres, utilizarei a técnica de observação participante, metodologia de investigação qualitativa, ao participar dos encontros mensais do *Leia Mulheres* em Salvador. Além disso, serão realizadas entrevistas com as mediadoras e participantes do projeto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, espera-se que essa investigação contribua com os debates sobre a descolonização do saber e descolonização do gênero no Brasil. E coloque em cena o reconhecimento das diferenças, como disse Audre Lorde (2019, p. 247):

Agora precisamos reconhecer diferenças entre mulheres que são nossas iguais, nem inferiores, nem superiores, e encontrar maneiras de usar a diferença para enriquecer nossas visões e nossas lutas. O futuro de nossa terra talvez dependa da capacidade de todas as mulheres em identificar e desenvolver novas definições de poder e novos modelos de convivência com a diferença.

## REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo - Fatos e Mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- \_\_\_\_\_. *O Segundo Sexo - A experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo, Editora Horizonte/ Rio de Janeiro, Editora da Uerj, 2012.
- DIAS, Leticia Otero. *O feminismo decolonial de Maria Lugones*. 8º ENEPED UFGD. 5º EPEX – Encontro de Ensino Pesquisa e Extensão. UEMS. Janeiro/2015.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. Subjetividade e história. In: *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 239 - 249.
- LUGONES, María. “Colonialidad y género”. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.
- \_\_\_\_\_. “Rumo a um feminismo decolonial”. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: A opção decolonial e o significado de identidade em política. In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324, 2008. Disponível em <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf>.
- PEDREIRA, Jailma dos Santos. Reescrita de si: produções de escritoras subalternizadas em contexto de políticas culturais. *Revista Fórum de literatura Brasileira Contemporânea (on-line)*, UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, ed 13, jun, 2015.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: *Epistemologias do Sul / org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- \_\_\_\_\_. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. LANDER, Edgardo. (Org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: 2005. p. 117 - 142.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.